

"Crescimento não passará dos 4%"

por Thais Bastos
de Brasília

A manter-se a situação atual de ausência de investimentos estrangeiros no País, e apropriação, pelo governo, da poupança privada de forma a honrar seus compromissos com as dívidas externas e internas, os investimentos até o final desta década não superarão 18% do Produto Interno Bruto (PIB), o que levaria a um crescimento anual da economia brasileira da ordem de 4% nos próximos anos.

Com essa análise, o economista e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Eduardo Modiano, discutiu as perspectivas de crescimento econômico de longo prazo, ao falar ontem para cerca de 150 empresários reunidos no seminário "Investimentos para a Retomada da Expansão Econômica", realizado nesta cidade por iniciativa da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Associação Comercial de São Paulo e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e com a colaboração das câmaras de comércio internacional do Brasil.

Para o economista, a manutenção da queda da poupança externa, que a partir de 1984 foi de 0% (zero), com a interrupção dos fluxos de empréstimos externos voluntários, levaria a viver nos próximos anos restrita pela capacidade de importar, o que, mantida a média de crescimento do produto a 5%, levaria ao esgotamento da capacidade instalada até o início dos



Eduardo Modiano

anos 90. A partir de então, o ritmo de expansão da capacidade produtiva seria o próprio freio ao crescimento econômico.

A partir desse cenário, Modiano descreve duas simulações, sendo a primeira a manutenção da atual situação de queda dos investimentos externos e crescentes pressões do governo sobre a poupança do setor privado. Neste caso ele prevê a perpetuação da taxa de investimentos na faixa de 18% do PIB e crescimento econômico não superior a taxas anuais de 4%, justamente o desempenho observado da economia brasileira nos primeiros sete anos desta década.

O problema maior deste quadro, salientou o economista, é a absorção da mão-de-obra pelo mercado formal de trabalho, que ficaria aquém do crescimento populacional. "Teríamos viabilizado a amortização praticamente integral da dívida externa, através da redução das necessidades de financiamento externo, mas, por outro lado, os pro-

blemas sociais internos se-riam aumentados", resu-me.

Na segunda simulação, Modiano enumera as condições necessárias à retoma da de taxas de crescimento anuais de 7%, padrão da década de 70. Para tanto, seria necessário um aumento da taxa de investimento para cerca de 25% do PIB, ante os 16 a 17% atuais e, na ausência de uma contribuição significativa do setor externo, o esforço de poupança interna (pública e privada) precisaria superar os níveis dos anos 70, quando registrou 19,3% do PIB. Especificamente no caso da poupança pública, a recuperação de níveis da ordem de 5,5% do PIB implicaria a necessidade de ajustes fiscais, que, segundo salientou Modiano, "sempre começam com previsões de geração de receitas da ordem de 4% e terminam gerando 1%".

Finalmente, o economista introduz outros dois componentes na análise das necessidades de investimento para a recuperação do crescimento econômico: as pressões crescentes de uma sociedade democrática no sentido de uma maior distribuição de renda, o que não ocorria nos anos 70, e o aumento dos programas sociais, intensivos em capital.

"Não dá para segurar as pressões por uma distribuição de renda, principalmente a partir da retomada do crescimento da economia; o setor privado tem de contar com esta variável", reflete.

Dante das dificuldades em aumentar a poupança interna, o economista afir-

ma que o Brasil não poderá prescindir dos recursos externos no financiamento do crescimento econômico de longo prazo.